

# NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - N° 1626

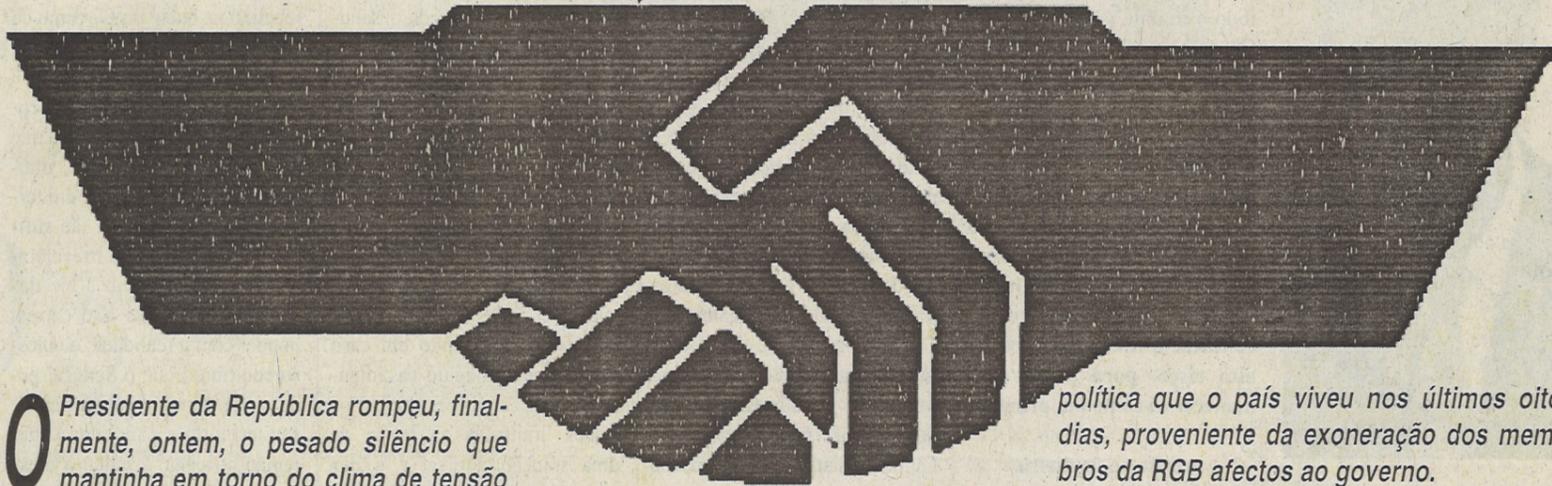
Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

## Desanuviada a tensão governativa

# RGB - PRS, venceu a razão

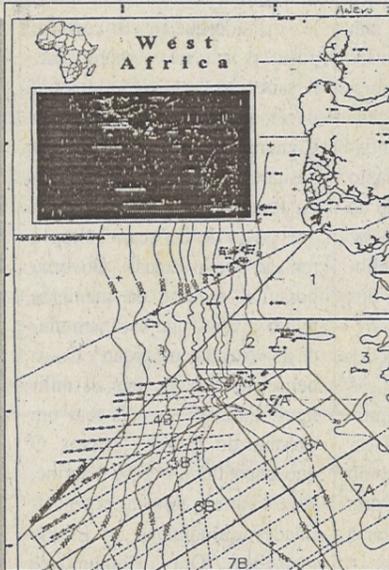


O Presidente da República rompeu, finalmente, ontem, o pesado silêncio que mantinha em torno do clima de tensão

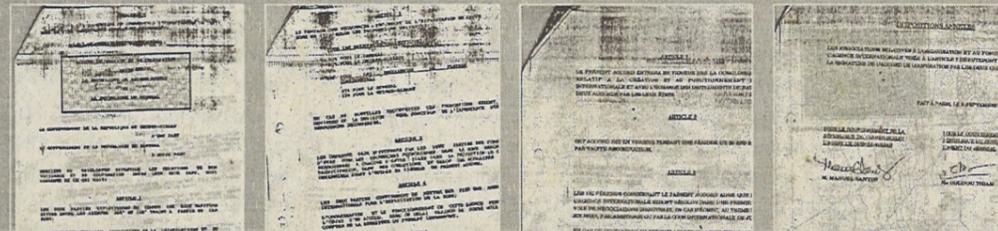
política que o país viveu nos últimos oito dias, proveniente da exoneração dos membros da RGB afectos ao governo.

Página ..... 12

## União para a Mudança e as questões ligadas às relações entre a Guiné-Bissau e o Senegal



A estabilidade e a paz na sub-região são e continuarão a ser uma condição sine qua non para o desenvolvimento do nosso País e há que procurar as vias mais correctas para as conseguir.



Páginas ..... 6 e 7

Justiça

## Lamine Sanhá na barra do tribunal



Página ..... 12

Análise

## Ponto de mira

Pág..... 2

## Nana Sinkam não é homem fácil

# Nana Sinkam não é homem fácil

A chamada "situação de crise" na fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal não passa de uma farsa. É um cenário montado pelos senegaleses para encobrir o mal que esse país enfrenta para matar o que denomina "rebelião" na província da Casamance. Esse território situado ao sul daquele Estado, o qual só a independência, na década de 60, integrou àquele país wolof, perdendo a autonomia especial que a França lhe outorgara durante a colonização.

□ Enfamará Cassamá



**A**s nossas autoridades, apesar de saberem da "peça teatral" que Dacar planeou como justificativo para ver todo o mundo - Guiné-Bissau, Gâmbia e a ONU - a participar na guerra contra os nacionalistas casamanceses, não souberam evitar a armadilha, porque Kofi Anan colocou, em Bissau, um sentinela que quer ver tudo a piorar. O que lhe permitirá redigir mais um relatório a dizer que a Guiné-Bissau e toda a sub-região constituem zonas africanas de alto risco, para poder permanecer cá como um príncipe.

A crise na fronteira

A grande preocupação de momento, é a crise na fronteira norte e leste. Há semanas, um grupo de viajantes guineenses que regressavam da Gâmbia, foram interpelados por gendarmes senegaleses, que confiscaram tudo, mas tudo quanto traziam consigo. É só devido ao facto destes serem guineenses. Era o início de mais uma deliberada interdição à entrada dos guineenses naquele Estado vizinho e irmão pelas populações dessas paragens, (que não são autónomas em termos administrativos). O que levou até Dacar o Primeiro-Ministro Caetano N'Tchama, em busca de um entendimento mútuo e salutar à crise.

Na primeira crise, um colega meu de formação, Pape Khalil Toure, em despacho à RFI, dissera: "...Os poucos dias de fecho da fronteira senegalesa provocou asfixias no outro lado da linha". Significa que as populações daquele país, ao interditar a circulação de pessoas e bens, não estarão senão a asfixiar a Guiné-Bissau, e, portanto, punindo-a. Ainda, os piratas de gado ou espécies de rubin-des-bois que circulam entre os dois países incomodando aqui e acolá, não são piratas. São agentes que agem em defesa de uma certa intenção.

O sentinela de Anan, em Bissau, não é homem fácil

Em primeiro de Setembro, sexta-feira, Samuel Nana Sinkam convocou jornalistas para falar da situação política geral da Guiné-Bissau. Como sempre, ele fez uma volta superficial ao horizonte político actual, falou da situação na fronteira norte e leste, dos processos de julgamento dos prisioneiros de guerra, da boa imagem do país ao promover, durante as eleições, um debate na TV entre Koumba Yalá e Malam Bacai Sanhá.

No começo, ele disse, citamos: "Eu convoquei este encontro com os jornalistas, para falar da situação política geral da Guiné-Bissau. Mas, não impede que os jornalistas provoquem também encontros comigo".

Muito manhoso a falar, ele não fez mais do que repetir coisas e posições suas que sempre disse. A saber, se "as eleições fossem livres, justas e transparentes, a Comunidade Internacional não hesitaria em apoiar o país doando fundos". E, por ser alguém que gosta de beliscar, voltou a repisar que o actual "Governo possui a maioria de membros muito jovens, que escapam ainda ao vírus da corrupção". Outro belisco tem a ver com os militares. Para ele, o país tem um exército de 26 mil efectivos. O que constitui um peso enorme, se se tiver em conta as potencialidades económicas do Estado guineense. "Ora, a Comunidade Internacional, disse ele, pode doar fundos para tudo menos a esse sector que é de soberania". Outra posição que não novo nele é: "Uma solução durável aos problemas da Guiné-Bissau passa necessariamente pela resolução das dificuldades dos militares". O que ele nunca disse, é como esses problemas podem ser solucionados no nosso contexto.

Quanto a situação política, Nana Sinkam está a favor de uma oposição equilibrada para que a democracia possa estar sã. Para isso, não deve o Governo reagir de forma negativa a todas as provocações da oposição e

timbrou a coligação PRS/RGB de Base Alargada, de sólida e de muita boa vontade. Concernente às relações com os países vizinhos, achou-as de boas. Até porque têm havido contactos que o Presidente Koumba Yalá tem feito no sentido de desanuviamento e paz sub-regional.

Mas, a falar da crise na linha de fronteira com o Senegal, o enviado especial de Anan em Bissau, rematou: "Eu sempre defendi que o problema de rebelião na Casamance, (perdoem a expressão, porque o conflito é só entre senegaleses e não com quaisquer rebeldes), não deve ser visto como sendo um caso puramente senegal-casamancés. Deve envolver todos os países limítrofes na busca de uma solução durável e a paz efectiva na sub-região".

Sobre os processos de julgamento de ninistas, Sinkam revelou algo em que ninguém ainda falou. Ele disse que os juizes do Tribunal Regional de Bissau, estariam a ser ameaçados pelos militares. E, por discordar com isso, "Nós contactamos os militares para explicar que a justiça é independente. Porém, se eles não respeitarem o que lhes dissemos, iremos à frente da Comunidade Internacional delatar a sua atitude, de que eles estão a interferir na justiça impedindo-a de funcionar com independência", ameaçou ele.

Como se vê, este homem não é fácil. Após ter ludibriado o sector de comunicação social - pública e privada - com financiamentos que jamais atribuiu, ele empreendeu medidas em laboratório, que lhe permitiram influenciar, primeiro, as autoridades guineenses, segundo, a UE, e, enfim, as Nações Unidas da persistência de espectro de guerra na Guiné-Bissau, e da iminência de uma guerra aberta entre o nosso país e o Senegal. A única e esperta prevenção para isso não pode ser outra coisa senão o envio de uma força de observadores da ONU para a linha fronteira entre os dois Estados. Esta posição é estúpida quanto mais inadmissível. Senão, vejamos.

Primo - a Guiné-Bissau jamais nutriu sonhos de desforra

contra o Senegal, devido a sua participação na guerra de 1998-1999, em Bissau.

Segundo - o que há é um dado que os senegaleses e Nana Sinkam finzem ignorar: que dita "rebelião na Casamance" é só rebelião na boca do Governo de Dacar, uma vez que, para os casamanceses, ela constitui uma verdadeira "luta pela independência nacional". É uma luta que já fez muitas amputações, muitas mortes. Factores que, em termos político-histórico, são suficientes para a marcha irreversível de um povo rumo à luz das liberdades. Ora, se isso corresponder com a realidade, o óculoso contributo que o Senegal pode ainda permitir para a paz no seu território e para toda a sub-região africana, é sentar à mesa com os líderes casamanceses e discutir. O grande jeito da política construtiva é este. Agindo outramaneira, será a destruição.

Pelo que a Guiné-Bissau deve demarcar-se, procurando assumir uma posição menos directa, mas, mais evidente. Isto é, deixar Dacar arrumar a casa como pode e como entende. Isto levará a que o país escape certas manigâncias que os nacionalistas da Casamance são também capazes de urdir e acentuar, criando incómodos e dores de cabeça ao longo dos dois lados da fronteira. Isto, se entenderem que a Guiné-Bissau foi muito longe demais.

Ainda, sobre o conflito casamancés, ficamos satisfeitos com o Mestre Wade, ao revelar na segunda-feira, 11 de Setembro, **que está a negociar, mas, no plano puramente senegalés. O que lhe resta é encontrar-se com um dos líderes rebelde casamancés, Salif Sadio, uma vez que tem dialogado com Diamakoun Senghor e que as coisas vão bem.**

A concluir, deixamos estas questões: por que é que a ONU deve mandar tropas para a fronteira, se a guerra entre casamanceses e senegaleses constitui um cenário dentro do próprio território do Senegal? Vai a sua presença acabar com o sonho dos casamanceses? Se é, como?

## NÔ PINTCHA

Director  
Enfamará Cassamá

Director adjunto  
Simão Abina

Chefe de Redacção  
Domingos Meta Camará

Redacção  
Carlos Casimiro, Adulai  
Djaló, Domingos Meta  
Camará, Enfamará Cassamá e  
Simão Abina

Fotografia  
Mário Joaquim Gomes,  
Manuel da Costa e Pedro  
Fernandes

Secretaria de Redacção  
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Edição Electrónica  
Anselmo Matche e Mário  
Óscar

Administração e Finanças  
Inácio Correia, Edmundo  
Piedade, Amâncio Tepam-é,  
N'Gona Mané e Ansumane  
Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP

# Comerciantes do Mercado de Bandim, protagonizam uma greve de protesto

A cidade de Bissau, registou de 01 a 5 do corrente uma paralisação dos comerciantes no Mercado de Bandim, devido á uma chamada greve decretada pelos pequenos comerciantes que aí operam.

A razão invocada para desencadear esta greve prende-se com o facto do Ministério das Finanças, através das suas Direcções-Gerais das Alfândegas e das Contribuições e Impostos procederem á verificação, controlo e cobrança das competentes imposições aduaneiras e fiscais, quando descobertas fraude ou incumprimento dos direitos para com o tesouro público por parte dos comerciantes que operam ao nível do comércio retalhista ou a outro título.

O Ministério das Finanças informa a todos os cidadãos nacionais e estrangeiros, que as instituições guineenses fun-

cionam com as receitas que são geradas a partir da cobrança das taxas aduaneiras e fiscais e neste sentido, o Estado fará para que não hajam prevadadores nem os que a coberto de uma certa impunidade ou cumplicidade têm vindo a escapar-se ao cumprimento das suas obrigações.

Nos registos estatísticos, existentes ao nível das repartições aduaneiras, que estão minimamente informatizados e possuidoras de um sistema informático SIDONYA em uso em todos os países da zona UMOAUEMOA, não constam como mercadores despachadas, por exemplo, entre tanto outros exemplos que se podem apontar,

rádios, televisões, antenas parabólicas, lanternas recarregáveis, perfumes, lençóis, colchas, relógios de pulso e de parede e tantas outras mercadorias que infestam os mercados e as ruas da nossa capital.

Por outro lado, o Ministério das Finanças entende que qualquer comerciante deve ter o direito de possuir facturas dos seus fornecimentos e os competentes boletins de despacho das suas mercadorias e tanto quanto se sabe, compete aos serviços aduaneiros processar os competentes boletins de despacho e não os chamados "locatários".

Por conseguinte, entende ainda o Ministério das Finanças

que todos os comerciantes devem ter igual tratamento, pelo que não se pode cobrar a uns e deixar outros, já que a lei é igual para todos, razão pela qual, para não se registar a prática de concorrência desleal, impõe-se que medidas sejam tomadas por forma a fazer com que os que estão em situação ilegal perante a lei, cumpram as suas obrigações.

Neste sentido, o Ministério das Finanças exorta os comerciantes a colaborarem com as Direcções das Alfândegas e das Contribuições e Impostos no sentido de regularizarem imediatamente as respectivas situações.

O Ministério das Finanças, reserva-se ao direito de tomar as medidas que julgar conveniente para fazer cumprir e respeitar a lei, pelo que uma vez mais exorta a Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura e a Associação Guineense dos Retalhistas e Pequenos Comerciantes a procederem às devidas e competentes explicações dos seus associados no sentido de colaborarem e ajudarem na resolução deste problema.

Bissau, 04 de Setembro de 2000

O Ministro das Finanças  
Dr. Purna Bia

REJACA promove seminário de formação

## Jornalistas querem ver legalizada a prostituição

Um seminário de dois dias, subordinado ao tema: "Abordagem da temática Criança nas médias", terminou os seus trabalhos, no passado dia 5 do corrente, com a adopção de várias recomendações ao Governo e todas as entidades nacionais ou internacionais que operam em defesa dos direitos da criança e ambiente:

- Que seja dado enquadramento jurídico ao trabalho doméstico da criança; que o Governo crie, com todos os meios possíveis, um centro de reabilitação dos menores; e legisle ainda sobre a situação nos apartamentos, onde se nota a prática da prostituição, sem o respeito pelas idades das envolvidas.

Por outro lado, os seminaristas recomendaram ao Governo a criação de um fundo social de apoio que permita a evacuação para o exterior, das crianças doentes e com junta médica, cujos pais não têm meios. Devido à inexistência, na nossa constituição, de disposições legais que regulamentam o comércio de sexo, os seminaristas exigem ao Governo a criação

de leis que protejam ou reprimam o envolvimento das menores em negócio de sexo.

Promovido pela Rede dos Jornalistas Amigos da Criança e do Ambiente (REJACA), o seminário tinha como objectivo facultar os jornalistas com conhecimentos em matéria dos direitos da criança e consequente abordagem desta temática nos órgãos da comunicação social.

Durante o encontro, que jun-



Jornalistas estão atentos à problemática da criança

to cerca de duas dezenas de jornalistas provenientes dos diferentes média públicos e privados, foram abordados, além do tema central introduzido pelo representante nacional da Radda Barnen, António Soares Junior (Toni Tcheca), os seguintes subtemas: a protecção jurídica e forma de denúncia dos diferentes tipos de violações dos direitos da criança e métodos de recolha de dados e forma de divulgação de informações

sobre direitos da criança, apresentados respectivamente por Dr. Augusto Mendes, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e pelo jornalista Bacar Baldé, conselheiro da REJACA.

Entretanto, um dos pontos que mais aqueceu os debates, suscitando opiniões controversas foi a proposta da legalização da prostituição. Para uns (a maioria) é urgente legalizar a prostituição, como forma de permitir ao governo, através do Ministério da Saúde

pública, exercer um maior controlo na saúde das mulheres envolvidas no comércio do sexo, diminuindo assim a propagação das doenças sexualmente transmissíveis, com destaque para VIH-Sida. Além de mais, uma vez legalizada a prostituição, certamente haverá regulamentos que balizem a idade para o exercício dessa actividade. Assim sendo, efectivamente, as crianças ficarão excluídas dessa profissão.

Para outros, legalizando a prostituição significaria, de um lado, abrir possibilidades às raparigas, independentemente da idade, a aderirem ao comércio de sexo e, por outro, multiplicar os encargos sociais, dentre os vários que o Governo ainda tem por resolver. Porque exercendo um controlo sanitário sobre as mulheres prostitutas, o Governo precisa de meios financeiros para comprar medicamentos e criar centros especializados na matéria.

Adulai Djaló

# Ministro de Defesa visita fronteira

O levantamento de dados para a construção de infraestruturas para os serviços fronteiriços é motivo de uma visita que o ministro da Defesa Nacional efectuou, no último fim de semana, a fronteira norte do país, soube a ANG.

Segundo o secretário-geral deste Ministério, Cipriano Gomes, o projecto a ser implementado visa a construção de casernas, residências para guardas-fronteiras e serviços aduaneiros e um posto de atendimento público nas zonas de acesso entre os dois países.

No encontro tido com as autoridades da Região de Cacheu e com o comandante nacional dos guardas-fronteiras, Coronel Lamine Sissé, no posto limite de São Domingos - Zinguinchor, o ministro Fernando Correia Landim disse que este projecto enquadra-se na reabilitação e construção das infraestruturas militares que o Ministério da Defesa pretende levar a cabo.

Enquanto isso, o Coronel Lamine Sissé disse que as dificuldades com que deparam os serviços fronteiriços são enormes, tendo apontado, entre outros, a falta de meios de

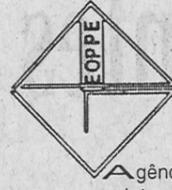
transporte e comunicação permanente com os serviços centrais de Bissau. "A companhia de Ingoré, que coordena as áreas fronteiriças de São Domingos até Farim, opera apenas com uma viatura", lamentou ele.

Contudo, louvou o comandante dos guardas-fronteiras, alegando que a iniciativa do governo de construir essas infraestruturas ser um passo significativo para o desempenho das suas actividades.

Lamine Sissé apelou para apoio logístico do governo por forma a que esses serviços possam responder com eficácia as exigências nas fronteiras.

O Ministro da Defesa fazia-se acompanhar, além do seu Secretário-Geral, do Director-Geral dos armamentos e equipamentos militares, Leonardo de Carvalho e dos técnicos das empresas obreiras.

In ANG



Agência Guineense de Execução de Obras de Interesse Público e Promoção do Emprego

República da Guiné-Bissau  
Programa Nacional para o Desenvolvimento Sanitário  
AGEOPPE

## ANÚNCIO

A Agência Guineense de Execução de Obras de Interesse Público e Promoção do Emprego, AGEOPPE, prevê lançar no início do mês de Outubro do corrente ano concursos para a realização de estudos técnicos para os Sub-projectos da componente infra-estruturas do Programa Nacional para o Desenvolvimento Sanitário. Neste contexto a AGEOPPE apela mais uma vez aos Gabinetes de Estudos inscritos ou interessados na inscrição no sentido de procederem a actualização ou inscrição nos registos da AGEOPPE, conforme os casos, o mais breve possível, sob pena de não serem convidados a concorrer para os serviços de realização de estudos técnicos.



IOM Internacional Organizacion for Migration  
OIM Organisation Internationale pour les Migrations  
OIM Organización Internacional para las Migraciones  
OIM Organização Internacional para as Migrações  
(Missão: Guiné-Bissau -Bissau)

## ANÚNCIO DE CONCURSO / Assistente

Organização Internacional para as Migrações (OIM), a agência da assistência técnica do Programa de Desmobilização, de Reinserção e Reintegração dos Ex-Combatentes (PDRRI), leva a cabo um concurso público para o recrutamento de um técnico nacional para o posto de

### ASSISTENTE DO CONSELHEIRO TÉCNICO PRINCIPAL

Chamado a assistir o Conselheiro Técnico Principal (CTP), o técnico terá a responsabilidade de execução das seguintes tarefas:

- . Assistir o CTP na recolha de dados socio-económicos,
- . Redigir documentos de trabalho (actas de reuniões, relatórios e todos os tipos de correspondências administrativas),
- . Classificar os documentos e organizar os arquivos,
- . Elaborar sínteses de documentos técnicos,
- . Assistir o CTP na organização das reuniões e missões de trabalho.

O Assistente do CTP deve ter as qualificações e preencher os requisitos seguintes:

- . Ter uma formação do nível universitário ou equivalente, de preferência em ciências sociais ou económicas,
- . Provada capacidade para redigir textos em português e em francês (condição sine qua non),
- . Ter bom conhecimento informático na óptica de tratamento de textos,
- . Ter capacidade de elaborar as sínteses de documentos de textos,
- . Ser muito aberto ao trabalho de equipa,
- . Disponibilidade imediata,

As candidaturas em envelope fechado deverão ser dirigidas ao Senhor Gustavo González, Conselheiro Técnico Principal, no endereço: PDRRI/Av. 14 de Novembro-Chapa de Bissau / C.P. 779 / Bissau / Rep. da Guiné-Bissau, até ao dia 21/09/2000 às 16H30.

Os documentos exigidos, são:

- . Curriculum Vitae (versão detalhada),
- . Cópia de diplomas (autenticada).

Os verdes quebram o silêncio

# Bubacar Djaló dirige a LIPE com mão de ferro

O partido, Liga Guineense de Protecção Ecológica, LIPE, liderado por Bubacar Rachid Djaló, não está em seus melhores dias. Um grupo de militantes descontentes com o funcionamento desta formação política, decidiu quebrar o silêncio, denunciando irregularidades no seio da sua direcção superior.

Segundo o grupo, o presidente do partido, Bubacar Rachid Djaló, tem estado a dirigir os assuntos internos do mesmo com um certo totalitarismo. A sua gerência tem sido contestada nos últimos oito anos da existência da Liga de Protecção Ecológica pela maioria dos seus militantes que o acusam de corrupção, de manipulação política, de furtos, de ditadura, de ingratidão... a lista de acusação é inesgotável.

Em entrevista que concedeu ao programa "Magazine de transição", Amadú Baldé, porta-voz da LIPE, disse que após as eleições, Bubacar Rachid Djaló, como presidente do partido que é, não

teve a coragem de convocar uma única assembleia-geral na perspectiva de organização do conselho nacional e do congresso ordinário ou extraordinário. Isto lhe permitiria justificar as razões sobre as consecutivas derrotas do partido e do seu candidato presidencial por duas vezes. Mas, não aconteceu. O mais triste ainda, disse Amadú, é que nestas últimas eleições, o partido nem sequer conseguiu um assento no parlamento.

Amadú acrescentou ainda que as declarações deste homem são infundadas, sem cabeça nem pés, e que não passam de falsas e condígnas a um simples "Playboy". Isto, quando afirma que lhe foi reconduzido o mandato por

mais um período de cinco anos à testa da LIPE, por decisão do Bureau Político composto de 21 membros.

"Se calhar, na reunião em que afirma ter sido reconduzido para mais um novo mandato, só participaram nove elementos da sua família, dos quais, apenas dois votaram contra", observou Amadú Baldé.

Entretanto, o porta-voz da LIPE considerou Bubacar Rachid Djaló de um ditador político corrupto, traidor, confusionista, manipulador político, ingrato, entre outros nomes indignos a um homem que uma vez ou outra se candida-tou à presidência da República. Porque não existe transparência na

gestão dos fundos do partido, uma vez que a conta bancária do mesmo está em seu nome sob a gerência do seu irmão mais novo, Aladje Iaia Djaló.

Este militante do único partido verde guineense, não escondeu a sua surpresa com Bubacar Djaló, porque ele teve a coragem de dizer coisas infundadas no momento em que todos os militantes estavam em "stand by", a espera da comissão que estava a fazer os trabalhos no terreno.

Bubacar Rachid Djaló não merece a mínima confiança dos seus militantes, porque é a pessoa que sempre condenou duro e feio, o regime de Nino Vieira. Mas, agora, só por ter sido nomeado a

Secretário de Estado, está a manipular o partido com o seu **belo prazer**, sem ter em conta os seus militantes que sempre lutaram pela causa da LIPE, asseverou Baldé.

A terminar, disse que a única via para o partido é a organização do Conselho Nacional por forma a que ele dê esclarecimentos sobre as derrotas consecutivas nas eleições de 1994 e 1999.

Disse que é absurdo ter um partido com nove anos de existência a recolher sempre maus resultados nos seus programas, e sem procurar uma solução certa. É que, neste momento, todos os militantes estão frustrados.

Mama saliu Sané

"O Primeiro-Ministro não é um homem de diálogo", considerou na segunda-feira, 11 de Setembro, o líder da Aliança Socialista Guineense, ASG, a saída de uma audiência com o Presidente da República, Koumba Yalá.

O chefe de Estado tem estado a manter encontros com as diferentes sensibilidades políticas do país, na busca de uma solução à presente crise em que o país se submergeu.

O líder socialista, Fernando Gomes, manifestou a sua viva preocupação sobre a crise política que agora abala o país, proveniente da exoneração dos membros da RGB do governo de base-alargada.

O ex-activista dos direitos humanos disse que é urgente sanear a situação, e avançou com algumas propostas para ver o país sair desta crise política, passando inevitavelmente pela demissão do Primeiro-ministro.

Segundo ele, Caetano N'Tchama não é um homem que sabe perdoar apesar de o perdão ser uma virtude.

"O Primeiro-ministro não é um homem dotado de uma cultura geral, não tem uma exper-

iência política governativa, não sabe dialogar nem trabalhar na equipa e revelou-se ser incapaz e incompetente", considerou ele.

Para Fernando Gomes, durante os sete meses de governação, todos os atributos que referimos ficaram evidentes. "Daí a necessidade da sua substituição por outra figura que reúna todos esses requisitos", adiantou.

Outra sugestão que avançamos a respeito do Primeiro-ministro tem a ver com a verganhosa questão do Procurador-Geral da República, Rui Sanhá. Como é de conhecimento geral, após a nossa detenção, movemos uma queixa-crime contra o Primeiro-Ministro no Ministério Público. Essa queixa ainda não resultou a mínima reacção, explicou Fernando Gomes.

Para ele, Rui Sanhá irá ser vítima da sua própria acção, ao intentar um processo contra a Aliança Socialista Guineense. "Ele, como Procurador-Geral da República, sabe que um cidadão tem os seus direitos e que ao intentar a acção no tribunal, a mesma deve ser alvo de uma

resposta, o que não é caso e já lá vão três meses e.

"Estamos em que país, a justiça é só para algumas pessoas ou é para todos os cidadãos", indagou-se ele.

Nós já informamos o Presidente da República, que vamos organizar uma manifestação para exigir a demissão do Procurador-Geral da República, sublinhou o líder socialista.

Victor Mandinga, por seu turno, disse que foi encontrar-se com o Presidente da República não a respeito da presente crise governamental, mas, para apresentar uma moção de censura à ANP.

"Não estamos em crise política, mas estamos em crise governativa", afirmou esse líder da Aliança Democrática, AD, que deixou a entender também "que tal como reza a Constituição da República no seu artigo 104º" o seu partido não viu nada que leve à demissão do governo.

Para ele, a Constituição, no seu artigo 68º, conjugado com o 104º, propõe "que a saída de alguns ministros e secretários de Estado, não significa de forma

nenhuma a queda do governo".

Victor Mandinga questionou-se ainda sobre outros assuntos, a saber, por que razão os antigos combatentes continuam sem receberem as suas pensões de reforma a que têm direito, e por que é que os empresários não recebem ainda as ajudas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, na perspectiva do relançamento da economia nacional.

"Em que pé está o projecto da baragem de Saltinho, cujas obras de construção estavam para arrancar, afinal, porquê o défice de nove biliões de francos CFA de cuja posse estávamos convencidos, já não será desse montante, mas de cerca de vinte biliões. Se se dizer que, de facto, é isso o que levou à presente crise, nós estaríamos de acordo. Mas, estão apenas a discutir de lugares e pastas governamentais", salientou esse líder da AD.

O PRS tem a legitimidade constitucional e a legitimidade nas urnas. Porque, se a AD tivesse ganho por maioria relativa, não iríamos admitir que nos digam coisas, como: "demitam o

governo". Temos a consciência de que o PRS tem legitimidade para remodelar este governo e fazer com que o mesmo seja mais eficaz para nós, indicou Mandinga.

"Não há ruptura. É apenas uma complicação entre comadres. Não tem nada a ver com o funcionamento de instituições e muito menos com a constituição. Ora, o certo, é que, se as comadres se zangarem o problema delas. O que elas devem fazer é sentar à mesa e discutir, por forma a não porem a Guiné-Bissau em causa", criticou ele.

Quanto ao programa de governação, já foi aprovado pelos deputados da Nação. Até já de ser programa do PRS-RGB, é de toda a Nação guineense, observou esse político.

Resta destacar que o embaixador luso na Guiné-Bissau, António Russo Dias, participou nessa audiência, tendo indicado que avançou com algumas propostas visando delir a crise com base no diálogo.

Jorge Imbenque e Naga Inbulna

Presidência da República

## Koumba Yalá consulta líderes políticos

# A União para a Mudança e as questões ligadas as relações entre a Guiné-Bissau e o Senegal

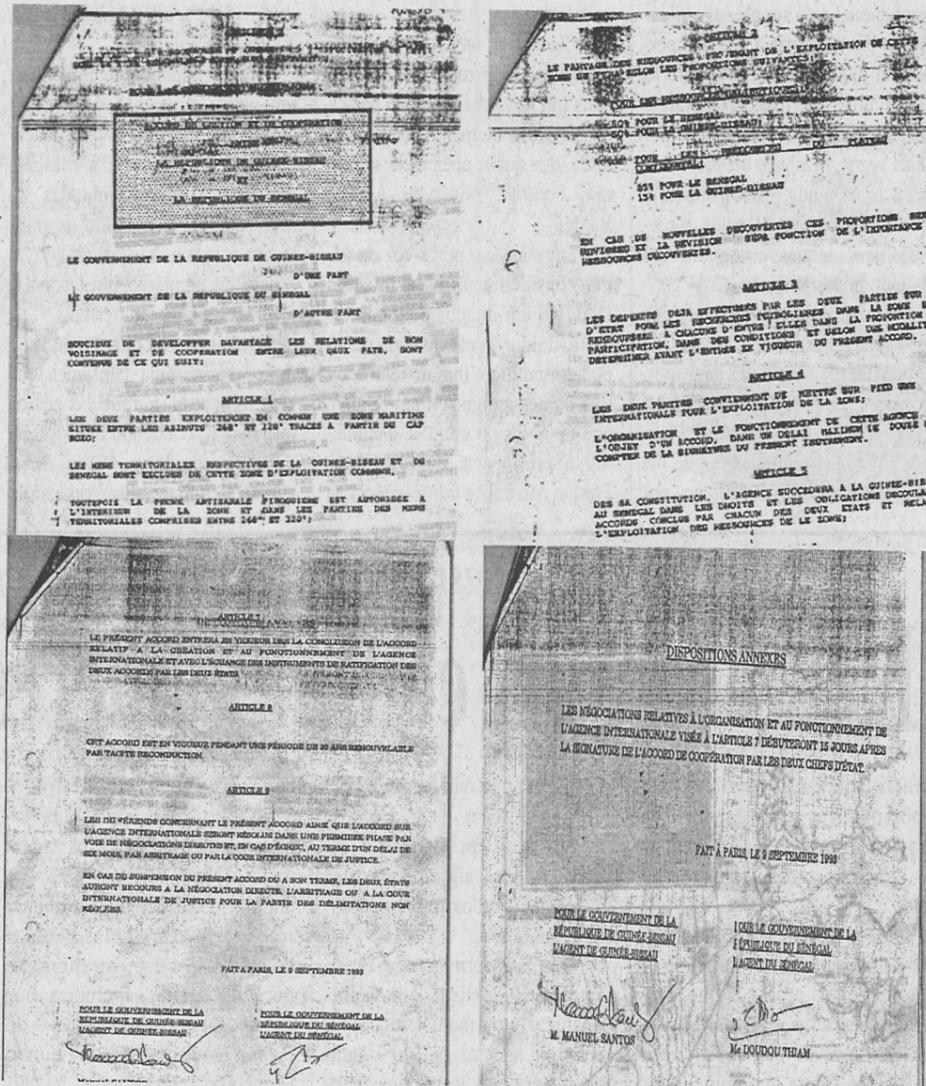
## 1. Introdução

A estabilidade e a paz na sub-região são e continuarão a ser uma condição sine qua non para o desenvolvimento do nosso País e há que procurar as vias mais correctas para as conseguir.

Preocupada com o agravamento da situação na nossa fronteira com a República do Senegal e com as eventuais consequências que daí poderão advir, a UM entendeu que devia pronunciar-se de forma séria e fundamentada sobre os aspectos globais das nossas relações com os nossos vizinhos do Norte e expor de forma clara os seus pontos de vista sobre esta questão.

Tal como sempre temos feito, continuamos a entender que fazer política para a construção de um país de bem-estar e progresso, não é entrar pelo campo da demagogia barata nem do defender hoje uma coisa para amanhã se defender o contrário em função de projectos de poder baseados unicamente no poder pelo poder.

O futuro dos nossos filhos merece muito mais do que aquilo que hoje infelizmente assistimos. Esse futuro merece dos governantes e da classe política em geral ponderação, bom senso, uma reflexão profunda sobre o que somos, para onde queremos ir e que caminho seguir para lá chegar. Esse futuro merece da parte de todos os guineenses um sentimento nacionalista, não de exclusão de qualquer parcela da nossa sociedade e, mas de dedicação séria à causa de construir uma Guiné próspera para as gerações vindouras.



Este é o acordo assinado em Paris em 9 de Setembro de 1993 por Manuel dos Santos (Manecas) pela Guiné-Bissau e Mestre Douadou Tchian pelo Senegal

## 2. Antecedentes

A relação entre o nosso País e a República do Senegal tem sido, desde a independência e não há que escondê-lo caracterizada por uma atmosfera de conflito, ora latente, ora bem visível.

Não será estranha a esta situação, e todos nós sabemos, o facto do poder na República do Senegal não ter de início apoiado, de forma clara e consequente, a nossa luta de libertação nacional, chegando mesmo a criar entraves à mesma e o de ter feito, na fase final dessa luta, de forma tímida e pouco assumida.

Logo no pós independência, a herança colonial de fronteiras marítimas mal definidas voltou a

agravar essa relação, tendo mesmo conduzido a alguma confrontação de pequenas dimensões ao nível da nossa fronteira.

Durante bastante tempo o Governo Senegalês recusou qualquer discussão sobre a definição da fronteira marítima entre os nossos dois países e o recurso a instância jurídicas internacionais para dirimir o conflito sobre essa matéria. No entanto, acabaria por aceitar que se levasse o caso ao Tribunal Internacional de Haia, depois do mesmo ter pronunciado uma sentença, aceite pelas partes, sobre o conflito do mesmo tipo existente entre a República da Guiné-Bissau e a República da Guiné-Conakry, facto que lhe reduziu o espaço de manobra no plano internacional.

O Tribunal Internacional de Haia pronunciou-se sobre o nosso caso diferendo com o Senegal no que diz respeito à nossa fronteira marítima, através de uma sentença que, apesar de não satisfazer os interesses definidos pela Guiné-Bissau, também não resolveu em definitivo e de forma cabal a questão, pois fixou em linhas não coincidentes as fronteiras marítimas relativas ao mar territorial, zona contígua e plataforma continental.

A sentença de Haia acabaria por provocar ainda novas confrontações de pequena dimensão ao nível da nossa fronteira com o Senegal, até se chegar ao Acordo de Gestão e Cooperação entre a República da Guiné-Bissau e República do Senegal assinado em Paris a 9

de Setembro de 1993 entre os dois Estados e que cuja cópia se encontra em ANEXO I deste documento.

Outro antecedente que tem sido determinante no nosso relacionamento com a República do Senegal tem sido o conflito do Casamansa em que um movimento independentista, o Movimento das Forças Democrática do Casamansa (MFDC), existente desde há longos anos, sustenta uma rebelião armada contra as autoridades senegalesas.

Finalmente, o facto das comunidades fronteiriças terem a mesma origem étnica e estreitas relações de parentesco e não havendo, e talvez nem seja possível ou desejável, uma delimitação real de linhas que as separem elas desenvolvem uma vida comum que ignora naturalmente a linha fronteira. Essa vida em comum contem, como é natural, tanto aspectos positivos como as feiras (lomos) de um e de outro lado da fronteira que são essenciais ao abastecimento das populações, como também aspectos negativos como o roubo, fundamentalmente de gado, com autores pertencentes naturalmente a um e outro lado da fronteira.

Estes antecedentes caracterizam de forma sintética o que há que conhecer para se poder compreender e procurar soluções para os nossos problemas com o nosso vizinho do Norte.

## 3. Sobre a delimitação da fronteira marítima entre a Guiné-Bissau e o Senegal

Se não quisermos pôr em questão a sentença do Tribunal Internacional de Haia, apesar da mesma não ter carácter vinculativo a UM defende que, não tendo definido claramente essa fronteira marítima entre os dois países, essa sentença, mesmo que aceite pela duas partes, não resolveu em definitivo o problema.

Embora definindo a linha de azimute 240° como linha que marca a nossa fronteira marítima com o Senegal, o Tribunal de Haia fixou que essa linha não era válida para as águas territoriais que continuariam a ser, na zona em litígio,

da Guiné-Bissau e que a plataforma continental por baixo dessa águas pertenceriam ao Senegal.

Assim, só através de um processo negociado bilateral se poderá chegar a uma solução que satisfaça os interesses das duas partes.

E no quadro das soluções possíveis a União para a Mudança defende ou uma exploração conjunta através de um acordo que proteja os nossos interesses ou a aceitação pura e simples das decisões do Tribunal Internacional de Haia e que cada um dos países explore o que é seu.

Qual é a exploração conjunta actual?

**O Acordo de Gestão e de Cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal de 1993**

Para a União para a Mudança, o Acordo de Gestão e de Cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal de 1993 (ver ANEXO 2), que fixa que as duas partes explorarão em conjunto uma zona situada entre os azimutes 268° e 220° é prejudicial aos interesses do nosso País.

Convém esclarecer que essa zona e constituída pela zona em litígio, mais uma zona pertencente à Guiné-Bissau, entre os azimutes 220° e 240°, e que nem sequer estava em litígio

**Se não, vejamos**

4.1. No Artigo I do Acordo fixa-se que a pesca artesanal e autorizada no interior dessa Zona, incluindo nas águas territoriais.

No Artigo 2 é fixada a partilha dos recursos provenientes da exploração da Zona nas proporções seguintes:

**Para os recursos haliêuticos**

- 50% para o Senegal
- 50% para a Guiné-Bissau

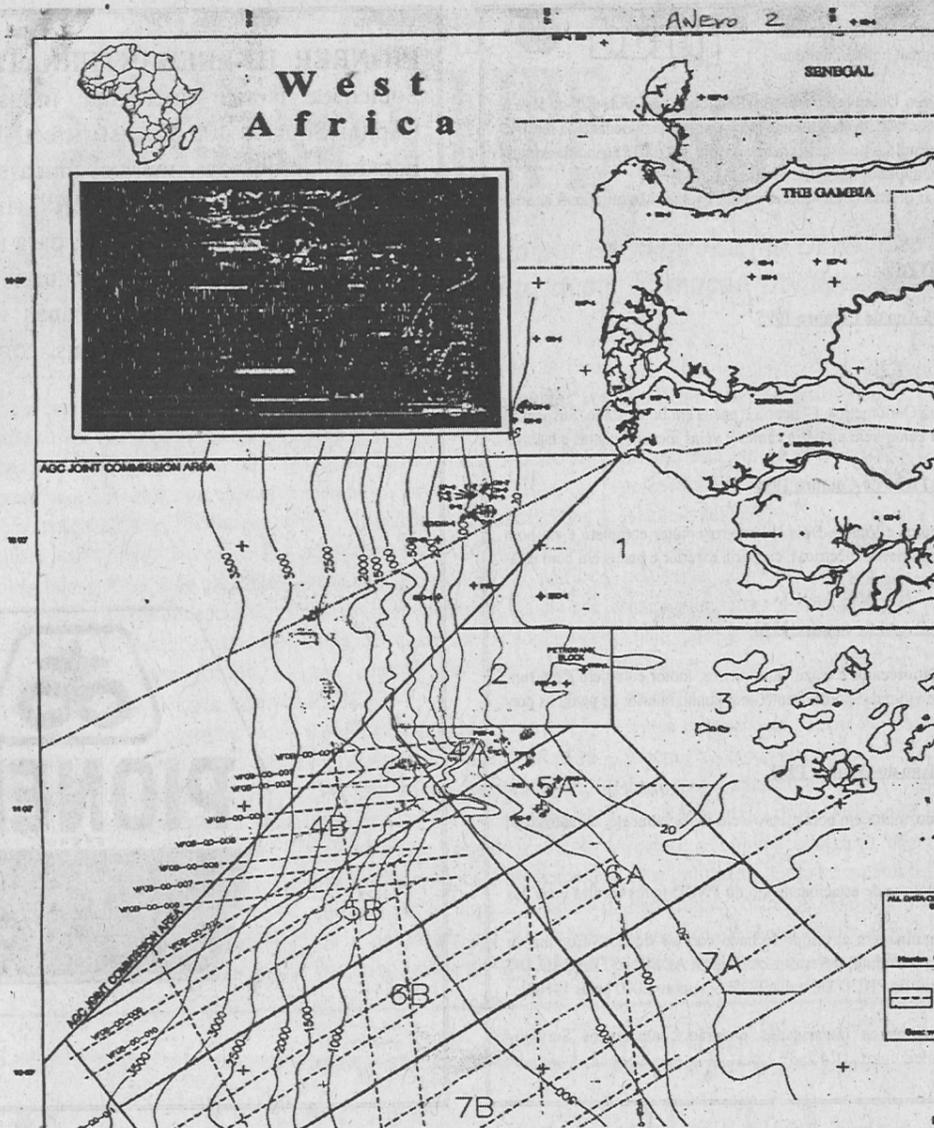
**Para os recursos da plataforma continental**

- 85% para o Senegal (agora 80%)
- 15% para a Guiné-Bissau (agora 20%)

Ainda neste artigo se fixa que em casos de novas descobertas as proporções serão revistas e essa revisão será em função da **importância dos recursos descobertos.**

Ou seja:

1º. Concedemos ao Senegal a possibilidade de pesca artesanal não só nas águas da zona em litígio que, face à decisão do Tribunal Internacional de Haia nos pertencem, como também numa parte das nossas águas que nem sequer estavam em litígio. Há que recordar a enor-



Este mapa mostra as zonas não só em disputa, mas também a que vai de 220 a 240 graus de latitude que a Guiné-Bissau cedeu ao Senegal que agora nos deu apenas 20 por cento

me capacidade da frota de pesca artesanal do Senegal que é de longe superior à nossa e já podemos imaginar o que estamos a dar

2º. Concedemos ao Senegal 50% dos recursos haliêuticos dessas mesmas águas.

**Conclusão:** em termos de pesca e exploração de recursos haliêuticos demos metade dos nossos recursos e isso sem levar em conta a pesca artesanal

3º. Em termos de recursos da plataforma continental o Senegal diz que nos deu os tais 15% (agora 20%) do que dizem ser o seu petróleo como contrapartida. Importa esclarecer que na plataforma continental da zona em litígio que segundo a decisão de Haia pertence ao Senegal, até ao momento, não existe petróleo explorável porque o que foi descoberto até ao momento em Dome Flor é pesado (de 11° API de viscosidade) pois perdeu as componentes mais leves por estar demasiado próximo da superfície.

Ou seja estávamos a receber 15% e vamos passar a receber 20% de nada em troca dos recursos haliêuticos, principalmente do peixe, que já estamos a dar.

4º. Em termos de existência de

petróleo na zona em litígio, não há nada em concreto que o prove mas, mesmo assim, em termos de formações salíferas que indicem uma possível e não provável, existência do mesmo essas formações são mais evidentes na zona entre os azimutes 220° e 240° e que nem sequer estava em litígio e que nós concedemos para a Zona de exploração conjunta.

Ou seja numa eventual, mas não há nada que o garanta, descoberta de petróleo nessa zona, nós teríamos que negociar a sua partilha, em termos que o Acordo nem sequer define, e dar parte ao Senegal.

Ou seja, virando e revirando o Acordo, válido para 20 anos, não é possível vislumbrar nada que possa garantir a defesa dos interesses da Guiné-Bissau no mesmo.

**5. Sobre o conflito de Casamansa**

Embora tratando-se de uma questão interna do Senegal, pelas suas implicações na vida das populações fronteiriças do Norte do nosso País, não podemos ignorar esta questão e devemos procurar contribuir para a sua solução.

Essa contribuição passa pelo

apoio à via do diálogo entre as partes em conflito e, caso seja vontade das duas partes, uma mediação construtiva que possa conduzir a soluções.

Essa mediação, no entender da UM, não pode ser nem imposta às partes, nem mediatizada em exagero como tem vindo a ser feito pelo actual poder político em busca de dividendos antecipados.

Uma mediação para ter sucesso terá de ser discreta, paciente e ter como objectivo principal a solução de um conflito e não outros objectivos colaterais.

Um mediador que queira ter sucesso deve abster-se de tomar posições públicas a favor ou contra qualquer das partes em conflito, procurando sim esbater as contradições entre ambas e motivá-las na procura de uma solução.

**6. Conclusões**

A União para a Mudança - UM considera que:

**A.**

A necessidade de paz e estabilidade na nossa fronteira com a República do Senegal exige negociações sérias e construtivas entre as partes em que sejam abordadas todas estas questões com vista a uma solução global dos problemas.

B. condições de plena igualdade, o poder político guineense terá que adoptar uma posição clara e firme na defesa dos seus interesses. nomeadamente das populações residentes nas áreas fronteiriças. o que infelizmente está longe de acontecer neste momento e procurar alternativas que reduzam a dependência do País face às importações vindas do Senegal.

C. início dessa negociações deverá ser a **suspensão unilateral e imediata do Acordo de Gestão e de Cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal de 1993**, dado que o mesmo prevê no seu Artigo 9 que nesse caso os dois Estados podem recorrer à negociação directa para resolver a questão.

D. abordar a solução em definitivo da questão da delimitação das nossas fronteiras marítimas, quer através de uma eventual exploração conjunta numa base mais justa e que garanta a defesa dos interesses da Guiné-Bissau, quer através da aceitação da decisão do Tribunal Internacional de Haia e da fixação das regras para a sua implementação.

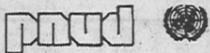
E. abordar a questão das relações na fronteira e interfronteiriça de modo a salvaguardar a paz e vida estável para as populações dos dois países aí residentes.

F. abordar um quadro mais global das nossas relações com a República do Senegal, quer no quadro bilateral, quer no quadro multilateral nas organizações regionais de que somos membros - a UEMOA e a CEDEAO.

G. Casamansa a Guiné-Bissau deve continuar a fazer esforços para contribuir para uma solução negociada entre as partes, utilizando de forma discreta e eficaz todos os canais que possam contribuir para esse efeito e as autoridades do nosso País devem abster-se de fazer declarações públicas ou adoptar posições que possam por em causa o papel de mediador, caso haja aceitação das partes para desempenharmos esse papel.

*Esta é uma contribuição da União para a Mudança - UM para a procura de soluções para um problema que, ao arrastar-se, poderá conduzir o nosso País e talvez toda a nossa subregião para uma situação de instabilidade que em nada servirá os interesses dos nossos povos.*

Programme des Nations Unies pour le Développement  
Développement humain durable



O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na República da Guiné-Bissau leva a conhecimento ao público interessado de que está a venda as seguintes viaturas propriedade da mesma. Mais informa que as viaturas serão vendidas no estado em que encontram e será atribuída ao candidato cuja base de licitação oferecida for superior às outras ofertas. Assiste ao PNUD o direito de recusar ofertas cujos valores venha a julgar não atingirem as suas expectativas.

**AS VIATURAS SÃO AS SEGUINTE:**

**MITSUBISHI PAJERO - NU 20-5 Ano de Compra 1995**

Estado da Viatura:

Viatura com Cento e Três mil e Cinco Quilómetros, Chaparia e pneus em bom estado, Suspensão da Frente razoável, motor avariado, assim como veio e árvore cames e velas incandescentes e bateria.

**1. VOLVO 940 GL- CMD NU 20-1 Ano de Compra 1995**

Viatura com Trinta e Três mil Trezentos e Vinte e Dois Quilómetros, motor completo e em bom estado, climatizado, elevadores de vidro das portas eléctricas, chaparia exterior e pneus em bom estado, sem bateria e a placa central electrónica avariada.

**2. PEUGEOT 405 GR CD NU 20- 2 Ano de compra 1993**

Viatura com Cincoenta e Nove mil Novecentos e Onze Quilómetros, motor completo e em funcionamento, climatizado, com elevador de vidro das portas frente, sem punho interior de puxar as portas de frente.

**3. PEUGEOT 405 GR NU 20- 21 Ano de Compra 1993**

Viatura com Conta Quilómetro avariado, motor em bom estado e em funcionamento, climatização, suspensão frente e traz em bom estado.

As viaturas podem ser visitadas no parque de estacionamento do PNUD todos os dias úteis das 10H00 às 14H00.

As propostas para a compra das mesmas em envelope fechado com os dizeres "Compra da Viatura, indicando o número do veículo pretendido, devem ser enviadas à ADMINISTRAÇÃO DO PNUD S/c do Comité de Contrôle dos Bens do PNUD até o dia 27 de Setembro 2000 pelas 14H00.

Para quaisquer outros esclarecimentos os interessados poderão contactar os Serviços Administrativos do PNUD todos os dias úteis entre as 14 às 16 Horas

**PIONEER HI-BRED INTERNATIONAL, INC.,**

Sociedade Norte Americana, industrial, com sede em 700 Capital Square, 400 Locust Street, Des Moines, Iowa 50309, Estados Unidos da América, única e exclusiva proprietária da Marca nominativa "PIONEER" (Industrial, Comercial e de Serviço) a seguir representada, para assinalar sementes, grãos e legumes, produtos agrícolas naturais incluindo culturas microbianas vivas, culturas microbianas vivas para uso na fermentação de alimentos para animais, como aditivos de alimentos e para alimentar os animais.



**PIONEER HI-BRED INTERNATIONAL, INC.,**

Sociedade Norte Americana, industrial, com sede em 700 Capital Square, 400 Locust Street, Des Moines, Iowa 50309, Estados Unidos da América, única e exclusiva proprietária da Marca "figurativa" (Industrial, Comercial e de Serviço) a seguir representada, para assinalar sementes, grãos e legumes, produtos agrícolas naturais incluindo culturas microbianas vivas, culturas microbianas vivas para uso na fermentação de alimentos para animais, como aditivos de alimentos e para alimentar os animais.



**PIONEER HI-BRED INTERNATIONAL, INC.,**

Sociedade Norte Americana, industrial, com sede em 700 Capital Square, 400 Locust Street, Des Moines, Iowa 50309, Estados Unidos da América, única e exclusiva proprietária da Marca nominativa "PIONEER" (Industrial, Comercial e de Serviço) a seguir representada, para assinalar sementes, grãos e legumes, produtos agrícolas naturais incluindo culturas microbianas vivas, culturas microbianas vivas para uso na fermentação de alimentos para animais, como aditivos de alimentos e para alimentar os animais.

**PIONEER**

**Inquérito**

□ Amarante Sampa

*O Presidente da República exonerou, através de um decreto, quatro ministros e um secretário de Estado, todos eles dirigentes do partido Registância da Guiné-Bissau, RGB, sob a proposta do Primeiro-ministro, Caetano N'tchama.*

A decisão surpreendeu todo o mundo, pois ocorreu numa altura em que o país se preparava a receber o dinheiro prometido no âmbito da mesa redonda de Genebra. Alguns observadores políticos consideraram a exoneração de uma crise governamental séria. O Jornal Nô-Pintcha abordou algumas pessoas perguntando:

**O que diz sobre o decreto presidencial que ditou o afastamento dos membros da RGB do governo?**

**Sibite Camará, jornalista:** Até aqui, as razões que foram superficialmente evocadas não me convêm. Contudo, eu já estava seguro de mim de que a coligação entre a RGB/PRS não ia durar. Os motivos são vários e nem vale a pena enumerá-los aqui. O certo é que as partes deviam ter em conta a fragilidade do país no olhar do exterior, sobretudo no seu xadrez político. A partir daí, seria imperiosa salvaguardar esta conquista alcançada, priorizando a causa nacional em detrimento de mais valia política.

Com este cenário, não é o PRS e nem a RGB que perdem. O grande perdedor desta aventura é o sacrificado povo guineense, que tem novamente que esperar por melhores oportunidades. Agora, conquistar mais confiança política junto da Comunidade Internacional não será obra de poucos meses.

Ao PRS e ao seu ex-presidente que tomem muito cuidado! porque o pior pode ainda vir. Apelo a todos os guineenses para reapertarmos os cintos, porque o difícil ainda está para vir.

**Segunda Teixeira Fernandes, ex-presidente de CRE do SAB:** Antes de ditar a minha opinião, gostaria de expressar a minha tristeza com o que está a acontecer, como parte integrante desta sociedade e pela qual tenho dado toda a minha capacidade, contribuindo para que os governantes de hoje (para os quais sou uma desconhecida), possam realmente governar livremente com mandatos legítimos.

A minha opinião, como cidadã guineense, é de que os governantes deste país se sentem no direito de, sempre que se sentirem

# Guineenses indignados com ruptura na coligação PRS/RGB



Sibite Camará, jornalista



Segunda Teixeira Fernandes, ex-presidente de CRE do SAB



Desejado Lima, secretário geral da UNTG

capazes e com poderes, brincar com o nobre sentido psicológico deste povo. Digo isto porque há 26 anos atrás, este povo confiou num punhado de gente que se dizia libertadores. Porém, esta libertação custou anos de terrores e sacrifícios que finalmente culminaram com o genocídio de que todos somos testemunhas, pois este último conflito tinha todas as probabilidades de ser desnecessário.

Fez-se uma coligação, congratulamo-nos, porque sempre era o anseio deste povo tão pacífico, quer sejam os partidos políticos, quer sejam os governantes, que vivam em paz e harmonia, para que esta tão martirizada terra tenha uma vivência feliz, já que se ouviu transmitir a mensagem de concórdia, pacificação dos espíritos traumatizantes, sequelas dos zumbidos das bombas, do matraquear das metralhadoras e das constantes mutilações das minas.

Porém, com estas demissões, cujas pessoas demitidas são somente elementos de uma das partes coligadas, pergunto: que outra concórdia nos aguarda depois desta discórdia?

Como se costuma dizer que a esperança é a última sobrevivente, aguardamos com grande expectativa pela fórmula mágica do Primeiro-Ministro, Caetano N'tchama, no encetamento de novo diálogo para o reatamento da coligação desligada.

**Desejado Lima, secretário geral da UNTG:** Quanto a nós, manifestamos a nossa indignação ao decreto presidencial que afastou do governo os membros da RGB. Por que, objectivamente, constitui uma decisão precipitada no âmbito dos interesses do Estado.

Primeiramente, o Presidente da República devia saber que é inoportuno agir desta forma, uma vez que o país está a tentar buscar uma saída para a crise da fronteira.

Tanto é que esta decisão de Koumba Ialá sob proposta do Primeiro-Ministro, Caetano N'tchama, não contribui para a garantia de estabilidade política. Que são

condições indispensáveis para a imagem do país perante os parceiros do desenvolvimento, uma vez que se está a arranjar os mecanismos para o perdão das dívidas no quadro da iniciativa HIPIC.

Ao fim de tudo, se fizeres a análise de uma forma geral, verás que esta foi uma decisão precipitada.

Mais uma vez, manifestamos a nossa indignação perante o comportamento do chefe de Estado, que na qualidade de garante de constituição, ainda não se ter pronunciado nada, mantendo um silêncio absoluto.

Entretanto, considero que Koumba Yalá omitiu-se das suas responsabilidades de primeiro Magistrado da nação. E esta omissão só cria frustrações aos guineenses.

Por último, exorto todas as forças políticas da nação que tenham a possibilidade de governar este país, a pautarem-se pelo diálogo por forma a encontrarem uma solução face a crise governamental que o país atravessa e que por sua vez tem os seus custos nacionais e económicos.

**Pedro Melaco, analista político:** O decreto presidencial que exonerou uma parte do governo, com incidência somente nos membros do governo do RGB, partido com o qual o PRS formou a coligação governamental de Base-Alargada, surpreendeu tudo e todos, tanto os observadores atentos, como os jornais Banobero e Diário Bissau, jornais que têm vindo a tornar público informações, assuntos ou problemas que ainda se encontram no segredo dos deuses. Até hoje, ninguém consegue conhecer as verdadeiras causas da decisão sobre o caso vertente. Permite-me perguntar se essas causas são necessárias, serão elas suficientes para essa tomada de decisão, se as próprias partes envolvidas procuraram dialogar?

Ou seja, se deixam entender que o diálogo está em aberto? Quando saiu pelos órgãos de comunicação social toda a gente amante de mudança que se tem vindo a operar no país, graças a este governo, ficou indignada, aguardando com atenção às declarações dos

mentores de coligação.

A esperança, afinal, ainda não morreu. Porque a primeira declaração pública de Helder Vaz, líder da RGB, demonstra o espírito de bom senso e sentido de Estado em prol da paz e estabilidade efectivas que o país e o povo guineense tanto precisa.

A segunda e terceira declarações públicas de Artur Sanhá, Secretário-geral do PRS e do Primeiro-Ministro, respectivamente, seguem o mesmo caminho, o de esperança.

O conflito, a crise e o problema num governo coligado não é coisa de outro mundo.

É normal. Este é o preço do regime totalitário, ditatorial, monolítico no qual só impera uma única voz, um único partido que se batiza com o nome de força política e dirigente da sociedade e do Estado que nos habituou desde a Independência.

O fundamental é que se saiba gerir a crise, o conflito ou problema por forma a dar resposta ou tomar uma decisão certa. Se a crise ao nível do Governo, que poderia estar na base de exoneração dos membros afectos ao partido RGB fosse conhecida por todos ou tornada pública, haveria, de certeza, a possibilidade de um grupo de boa vontade e de bons ofícios da sociedade civil, da comunidade religiosa ou internacional, na pessoa do representante especial do Secretário-geral das Nações Unidas, Nanan Sinkam, homem responsável e independente às pressões políticas de alguns partidos políticos a mediar o colectivo governamental, na base de diálogo e tolerância que deve nortear os políticos guineenses.

Alguns partidos políticos ou aqueles com falta de bom senso e sentido de Estado dos seus líderes estão a dramatizar esta pretensa crise governamental, chegando a ponto de dar ênfase à possibilidade de a Comunidade Internacional não desbloquear os fundos assumidos para a Guiné-Bissau.

Houve a crise governamental ou mesmo institucional em Cabo-Verde, mas nenhum partido político dá a mão a Comunidade Internacional no sentido de ela não desbloquear os fundos à Cabo-Verde. Isto para significar a diferença dos partidos nos dois países em matéria de acautelar os interesses



Pedro Melaco, analista político



Judite Maria Correia, cidadã comum

nacionais e sentido de Estado.

Porque, em democracia, os interesses nacionais são limitados no sentido material à actuação dos partidos políticos. Desta feita urge ao país a necessidade de ter qualidades de dirigentes políticos ou atrair os melhores para a política. Chegou a hora de os partidos da oposição fundamentalmente exigirem à Comunidade internacional a honrar os compromissos que assumiu na mesa redonda de Genebra (Suíça), em vez de convidá-la a não honrar esses compromissos.

Qual será então a saída para esta pretensa crise?

O PRS pode governar sozinho, mas não tem base parlamentar para sustentar o seu governo, visto que na ANP tem maioria relativa. O absurdo é falar na falta do governo só pelo facto de haver mexida (Remodelação governamental). O Governo existe só que não é ideal. Isto é, sem a RGB.

Coligação entre o PRS e a RGB não só é necessária como também é indispensável para que o país seja governado com mudança na paz e estabilidade efectivas, podendo encontrar nela mais outros partidos.

São indispensáveis as eleições antecipadas porque o país é o povo só esperam para o ano que vem, as eleições autárquicas para fechar o ciclo de eleições democráticas.

São igualmente indispensáveis moções de censura e da confiança no contexto do parlamento que temos.

**Judite Maria Correia, cidadã comum:** Quanto a mim, acho que as duas partes coligadas, isto é, os dois partidos devem negociar para que o casamento entre eles não se rompa tendo em conta os interesses da população que está cada vez mais frustrada.

Acho que o PRS e a RGB devem privilegiar o diálogo como condição fundamental para ultrapassar qualquer situação de impasse. Porque governar não é uma tarefa fácil como muita gente pensa. E para que os políticos guineenses se empenham na busca de soluções para a crise fronteiriça que afecta a Guiné-Bissau e Senegal.

Ministério da Justiça

## CONCURSO PÚBLICO PARA RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO NACIONAL

### I. Introdução

O governo da Guiné-Bissau pretende efectuar a implementação de reformas legislativas nos domínios de direito de negócios e na formação de recursos humanos, com vista a imprimir um maior dinamismo e eficiência aos serviços de administração da justiça, proporcionando assim um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao reforço da capacidade do sector produtivo do país por intermédio de iniciativas do sector privado.

Assim, o Ministério da Justiça, através da Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do sector privado, financiado pelo Banco Mundial ao abrigo do Crédito PSBCP Letter Agreement N° Q 084-0 & Q 084-01 GUB, faz público o lançamento do Concurso para preenchimento de uma vaga de **Assistente para a Reforma Jurídica no quadro da ORGANIZAÇÃO PARA A HARMONIZAÇÃO DE DIREITO DE NEGÓCIOS EM ÀFRICA (OHADA)**.

Para o referido posto podem igualmente concorrer os **quadros guineenses que se encontram no estrangeiro**.

### II. Posto em Concurso

1. Assistente técnico para a Reforma Jurídica no quadro da OHADA, conforme os termos de Referência.

### III. Lugar de Afectação

1. Ministério da Justiça

### IV. Qualificação Requeridas

1. Formação Superior em Direito

### V. Experiência Profissional

No mínimo 5(cinco) anos de experiência no exercício das referidas actividades.

### VI. Conhecimento Linguísticos

Bom domínio do Português e do Francês, escrito e falado.

### VII. Conhecimentos Informáticos

Ter bons conhecimentos informáticos, na óptica do utilizador, dos programas do ambiente Windows (Word, Excell, etc.).

### VIII. Candidaturas

As candidaturas deverão ser dirigidas ao Gabinete da Ministra da Justiça, até as 12 horas do dia 22 de Setembro de 2000, em envelope fechado, contendo os seguintes documentos:

- . Carta de candidatura
- . Curriculum Vitae
- . Carta de recomendação do último empregador
- . Cópia autenticada do Diploma ou Certificado de Habilitações
- . Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do passaporte

### IX. CONDIÇÕES DE EMPREGO

É condição prévia o candidato estar totalmente desvinculado da Administração Pública ou Privada  
O trabalho será exercido em regime de tempo integral.

A duração do contrato é de 6 (seis) meses, com possibilidade de renovação.

.Para mais informações e consulta dos Termos de Referência do Posto em Concurso contactar a Unidade de Coordenação de Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado (UCPDSP), sita na Rua Justinó Lopes, n° 74-A, Chão de Papel-Bissau (antiga sede da Comissão Regional de Eleições do Sector Autónomo de Bissau).

□ Simão Abina

**A ilha de Bolama, uma das mais próximas do continente, São-João, na Região de Quinára, na foz do Rio Grande de Buba na margem esquerda, esta pitoresca ilha que é a antiga capital da "Guiné-Portuguesa" antes desta ser transferida para Bissau, é uma localidade onde se pode empregar o provérbio bíblico "de pó veio o homem em pó se há-de transformar", aqui já é a contrário, "de natureza o homem conquistou o lugar em natureza se há-de transformar".**

Olhando, hoje, para a ilha de Bolama, nota-se que a natureza está cada vez mais a ganhar terreno aos poucos habitantes, sem força para a fazê-la frente, sobretudo no lugar outrora roubado pelos homens com a sua civilização, a vila, já que os ocupantes autóctones da ilha procuram os campos e lugares apropriados que lhes permita aproximar-se de onde podem extrair o pão-de-cada-dia, e, logo, situados nas ribaltas.

Chegando hoje à Bolama depois de uma dezena de anos sem lá pisar, a primeira coisa que sentimos, é uma profunda amargura a ponto de sem querer, verter algumas lágrimas por ela devido o estado em que se encontra.

De pitoresca localidade com as suas tamarinas outrora a servir de abrigo aos morcegos de tamanho a aproximar de "vampiros" que muitas das vezes têm servido de díxotes aos visitantes que pisam pela primeira vez a ilha, "pombas" de Bolama, a jaqueiras, coqueiros, fruta-pão, que como diz o nome é a merenda dos viajantes que de lá saíam ou chegam. "Quem te viu, quem te vê Bolama", é outro suspiro que sai do fundo de coração de qualquer pessoa que conheceu aquelas belas casas todas alinhadas, os estabelecimentos comerciais com prateleiras cheias de mercadorias e numa manhã nevoeira e a tardinha ao pôr de sol sobre o mar, hoje num total abandono.

Locais como o Hotel Turismo hoje a transformar-se ainda mais em "aranha céu" devido a própria altura que está cada vez mais a aumentar, mas desta feita em vez de ser em blocos ou tijolos, ser das árvores que sobre a sua sólida estrutura nascem, dando-lhe mais altura.

## SOS Bolama

## É preciso exorcisar a ilha

Falar ainda das infraestruturas, aqui não poderia passar ao lado do malfadado hospital cuja localização e as estruturas continuam de pé a desafiar o tempo, e quem sabe se não tivesse passado pelo desejo ambicioso dos homens em querer fazer melhor do que os outros, ainda continuaria a albergar os pacientes de Bolama e poderia ter até um cantinho para um bloquinho de operação e ninguém morreria de uma simples apendicite, como lamentou um dos jovens no encontro que manteve com um membro do Governo que recentemente visitou a ilha.

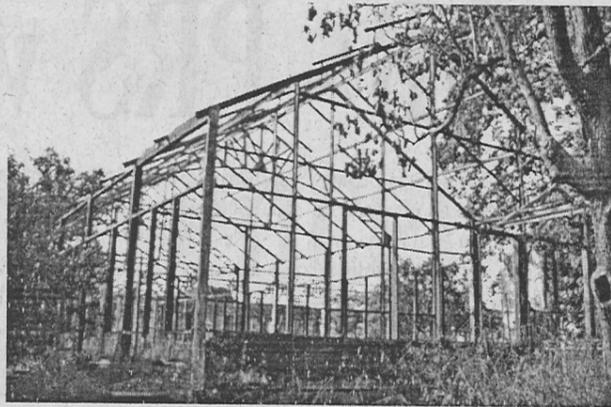
Aliás, parece que outras infraestruturas escaparam dessa sorte graças a persistência dos seus responsáveis locais, conforme podemos depreender das conversas dos próprios, entre esses há a destacar a própria imprensa de Bolama, cuja iniciativa do próprio empresário encarregado para executar as obras, era de descobrir todo o edifício em pleno mês de Junho logo no início da época das chuvas, imagine-se o que seria dessa unidade gráfica?

A este caso se pode juntar o da Escola de Formação de Professores, local também em vias de fechar as portas e que graças ao Delegado Regional, tal não sucedeu.

A caminho de exemplo de hospital local, estão a caminhar outras infraestruturas, são casos do palácio do Governador local, um edifício sólido de construção a estilo colonial, com uma sombreada por uma frondosa poílão, que fora ocupada logo após o conflito pelo militares e hoje abandonado com as plantas (ervas e...) a envadir toda a sua estrutura do rés-do-chão ao piso superior.

Também é o caso das estalações da antiga Escola Piloto, uma construção do mesmo estilo do hospital, sob estruturas de ferro, a moda inglesa, um dos primeiros ocupantes da ilha, está com algumas telhas partidas, bandeiras das portas desprezadas e abanar ao sabor do vento da ilha que não é fraco, para quem conhece o vento que sopra do mar para o continente.

Logo ao lado das citadas instalações escolares, situa-se uma outra relíquia de Bolama, a antiga igreja local, também descoberta, mas com as paredes intactas, o que pressupõe que conseguido financiamento poderá ser recuperado. Enfim, faz mágoa ver aquelas infraestruturas históricas da presença colonial, e,



Eis o que resta do "fadado" hospital regional de Bolama

não só, degradar-se cada vez mais.

Abandonar Bolama é matar parte da história da Guiné-Bissau, sobretudo a ilha de Bolama, por onde se degladiaram três culturas europeias diferentes, os alemães que deixaram as suas marcas na imprensa local, os ingleses que chegaram a travar duras batalhas com os últimos ocupantes portugueses pela posse da ilha.

Nem a estátua de Uilisses Grant, um dos árbitros pela posse da ilha, logo sem nada haver com a colonização foi poupado, hoje a sua estátua desconjunturada, jaz num anexo do palácio de Governador.

Finalmente, falaria das infraestruturas turísticas, a praia em primeiro lugar, o que é que resta desta, a famosa praia de Ofir de Bolama, situada à escassas três horas de tempo, quem é que não iria descansar os ossos naquela pitoresca localidade; desde que fosse recuperada(?).

Certamente, a iniciativa não beneficiaria samente os guineenses, porque não turistas vindos de exteri-

ores, Portugal, Itália, França entre outros, desde que fossem contactados, por exemplo, poderia ser através dos sindicatos, aliás, essa ideia tinha sido avançada outrora por um alto funcionário da Central Sindical guineense, a UNTG, mas que ficou na "água de bacalhau," porque não retomar a ideia, tudo isso tiraria Bolama do estado de isolamento em que está a ser votado.

Até aqui, estivemos a falar das infraestruturas existentes na ilha desde a era colonial e que foram votadas ao abandono, as quais, certamente, estiveram na origem da UNESCO declarar a ilha de Património Cultural da Humanidade, mas, enfim, o que é que o Estado guineense tem estado a fazer para a preservação da tal identidade cultural.

Bolama, certamente, é a ilha que teve e tem estado a beneficiar de infraestruturas sociais que poderiam muito bem contribuir para o relançamento da economia do país, mas, também, não é menos verdade que

ela é a localidade que tem atirado para o mar que a rodeia, todas as iniciativas, porque senão vejamos:

Aliadas com as infraestruturas deixadas pelos portugueses, em Bolama já funcionou a fábrica de compota, sumo "anura" e tinha como previsão a produção de "Champanhe". Segundo uma fonte de Bolama bem colocada, onde está hoje o que resta dela, é só o albergue para as cobras e outros animais selvagens

A mesma coisa se pode dizer das instalações para a futura fábrica de "Bandas" um edifício colosso de cerca de cinquenta metros de cumprimentos com uma construção sólida e actualmente transformada em curais de gados, cujo decorrer de tempo ainda continua a perdoar, haver vamos, "a água é mole a pedra é dura, tanto bate que fura" o tempo é o senhor da situação em Bolama, se não fôr tomada nenhuma decisão para inverter as coisas, ela acabará por vencer.

Há bem pouco tempo, Bolama tinha em marcha a construção de uma escola para marinheiros, mas que está paralisada, após o conflito político-militar que assolou o país, pergunto, será esta mais uma infraestrutura a entrar na lista das sem número votadas ao abandono? haver vamos.

A situação de Bolama foi vista, revista, alvo de várias iniciativas, desde o Governo de Luiz Cabral na célebre Conferência "Bolama Caminho Longe", criação de associações como "Cabaz Garandi" iniciativa de Associação dos Filhos e Amigos de Bolama, dos jovens AJARB/DS, AJOB/PRODEMA, entre outros, mas esta pitoresca ilha continua a afundar-se, daí a terminar esta minha pequena resenha sobre a ilha de Bolama, faço-o com um apelo: É PRECISO EXORCISAR A ILHA DE BOLAMA!

Comissão Organizadora do Dia Mundial de Alimentação  
Sub-Comissão da Cultura e Desporto

## Comunicado

No quadro da comemoração do Dia Mundial de Alimentação (16.10), a comissão organizadora, através da sua sub-comissão, comunica a todos os interessados de que está aberto as inscrições nas seguintes modalidades:

- Atletismo
- Ciclismo

A mesma sub-comissão faz saber que, as inscrições das referidas provas decorrerão de 13 de Setembro a 04 de Outubro /00. Ainda se informa a todos os interessados no sentido de contactarem a D.G. dos Desportos sita na Escola de Música.

# NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - Nº 1626

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 43 / 21 37 28 - Bissau

## Cidadãos exigem modernização do cais de Bissau

As populações das fronteiras norte e leste solicitam ao Governo a criação de condições para melhorar os serviços portuários, tornando o porto de Bissau mais competitivo, por forma a facilitar as importações por via marítima, e pondo fim a tanta dependência dos países vizinhos.

O Presidente da República rompeu, finalmente, ontem, o pesado silêncio que mantinha em torno do clima de tensão política que o país viveu nos últimos oito dias, proveniente da exoneração dos membros da RGB afectos ao governo.

Muitas explicações foram ouvidas, como por exemplo, Koumba precipitou ao compactuar-se com o seu Primeiro-Ministro, a RGB, se vai voltar ao governo será a custa de mais condições, ou que o chefe do Governo coligado teria que ser demitido. Mas, a razão não seguiu esses cursos ditados por especu-

Dezanuaviada a tensão governativa

# RGB - PRS venceu a razão

ladores, acabando por privilegiar o interesse da Nação e do país. Koumba Yalá, na sua brevíssima declaração política, manifestou a posição que vamos passar a apresentar:

“Soubemos exprimir, neste acto, a nossa maturidade política, o nosso sentido de responsabilidade de estarmos aqui a desempenhar o cargo que o povo nos conferiu maioritariamente nas urnas.

Soubemos corresponder com as exigências do tempo: Por isso ficou sem efeito todo o diploma anterior que tinha exonerado os ex-membros do

Governo afectos à Regidência da Guiné-Bissau, RGB.

Neste momento, são ministros com todos direitos e regalias que anteriormente detinham enquanto membros do Governo. Não foi nada de grave o que aconteceu. Foi, apenas, um pequeno acto de preocupação, mas, no sentido de se procurar o maior consenso para reforçar o trabalho que nos une, enquanto governantes deste país. Isto é uma prova de que somos efectivamente responsáveis. O povo conferiu-nos este mandato por um acto de escolha de pessoas que são maduras e capazes

de guiar neste país.

Sabemos também que temos adversários, mas, estes não nos preocupam. Por isso, pomos interesse do país acima de tudo, e mais do que as mesquinhas preocupações que eles têm”.

O seu Primeiro-Ministro, Caetano N'Tchama, se explicou também sobre o ocorrido em apenas algumas frases inteligíveis:

“O diferendo foi aparente como eu sempre disse. Conhecer uma crise, se será que é possível tratar-se de uma crise artificial. Porque faltava só o

diálogo, e esse diálogo venceu exactamente. E essa é a nossa aposta: dialogar, discutir tudo que é possível, para encontrarmos uma solução. Porque quem saiu vencedor é o país, é a nação.

É a democracia que estamos a construir todos nós em conjunto, não só os governantes, mas, também a imprensa para que possamos conseguimos chegar àqueles objectivos que é a reconstrução da Guiné-Bissau, a reconstrução da Nação e a pacificação do espírito guineense que sofreu bastante durante este conflito”.

Justiça

## Lamine Sanhá na barra do tribunal



A audiência foi muito viva esta manhã, no Tribunal Reginal de Bissau. O capitão de fragata e ex-chefe de Estado-Maior da Marinha Nacional de guerra, Mohamed Lamine Sanhá, exonerado das suas funções pelo decreto presidencial de 28 de Abril deste ano, começou a ser ouvido pelo colectivo de juizes dessa instância judicial.

blico fez saber que a audiência das testemunhas é imprescindível.

Quanto a necessidade de as testemunhas serem ouvidas, as chefias militares entenderam que o respeito pelas disposições previstas no código penal, requer que as mesmas sejam ouvidas durante o processo, para melhor esclarecimento sobre o acontecimento.

Relativamente ao Brigadeiro Ansumane Mané, a defesa achou-o dispensável do conjunto das testemunhas, devido ao facto de ser Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Convém salientar que Muhammed Lamine Sanhá chamou cerca de vinte testemunhas sendo todas elas oficiais pertencentes à Marinha Nacional de guerra. Uma delas é José Américo, vulgo, Bubo Na Tchuté.

No entanto, ao que tudo indica, o arguido parece não estar muito preocupado com as acusações que lhe são feitas pelo facto de as suas testemunhas estarem muito mobilizados à seu favor.

Mama Saliu Sané

A sua presença na barra é consequência de uma queixa que deu entrada no Ministério Público, MP, e contra ele movida pelo Secretário-Geral do PRS e actual Ministro da Administração Interna, António Artur Sanhá.

Esse capitão de fragata é acusado de crime de ajuda ao criminoso, libertação do navio “Kondor” de fabrico sul coreano, desafio ao governo, usurpação de funções públicas, corrupção passiva, entre outros.

Entretanto, o Ministério Pú-

## Decreto-Presidential nº 25 /2000

Pelo Decreto-Presidential nº 23/2000, de 5 de Setembro, foram exonerados cinco membros do Governo que, mercê do acordo de Coligação firmado entre o PRS (Partido da Renovação Social) e a RGB (Resistência da Guiné-Bissau), integravam o actual Executivo.

Tendo em conta as considerações expedidas pelo Primeiro-Ministro, evidenciando que as causas que estiveram na origem do acto de exoneração daqueles membros do Governo já foram ultrapassadas através de diálogo e concertação entre os Partidos Coligados - o PRS e a RGB -, que, através dos respectivos líderes, relativizaram o sucedido e acabaram por se entender e reconciliar, na perspectiva dos superiores interesses da Nação.

Nesta conformidade e sob proposta do Primeiro-Ministro,

O Presidente da República decreta, nos termos dos artigos 68º, alínea i), e 70º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º É revogado o Decreto-Presidential nº23/2000, de 5 de Setembro.

Artigo 2º É o Dr. Florentino Mendes Pereira exonerado do cargo de Secretário de Estado do Plano e Desenvolvimento Regional.

Art. 3º É o Dr. José Gspar Gomes Fernandes nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Plano e Orçamento.

Art.4º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Bissau, 13 de Setembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República

Dr. Koumba Ialá

## Decretos-Presidentiais nºs 24,26,27,28/2000

O presidente da República decretou, nos termos do artigo 70º da Constituição, exonerou o Dr. Octávio Inocêncio Alves do cargo do Presidente do Tribunal de Contas para que fora nomeado por um Decreto presidencial, em Janeiro último e nomeou para esse cargo o Dr. Florentino Mendes Pereira, técnico de formação superior.

Noutro Decreto, nos termos dos artigos 68º, alínea z) e do 70º da Constituição o Presidente Koumba Yalá exonerou Dr. Gaspar Gomes Fernandes das funções de Conselheiro do Presidente da República para os assuntos Jurídicos, para as quais fora nomeado em 26 de Abril passado.

O Presidente da República decretou também nos termos dos mesmos artigos, e sob a proposta do chefe do governo, a criação da Secretaria de Estado do Plano e Orçamento, sob a dependência directa do Primeiro-Ministro.

O mesmo decreto extinguiu as secretarias de Estado do Plano e Desenvolvimento Regional, assim como a do Tesouro, Orçamenmto e Assuntos Fiscais.

O Presidente da República

Dr. Koumba Ialá